

PRIMEIRO PEDIDO DE PUNIÇÃO

Para Flávio Derzi

Antes mesmo da divulgação de seu relatório final, a CPI do Orçamento já pediu a primeira punição para um parlamentar. O presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), enviou à Mesa da Câmara relatório sobre o empréstimo de US\$ 4,5 milhões que o deputado Flávio Derzi (PP-MS) fez no Banco do Brasil e não pagou. A Procuradoria Parlamentar de Câmara decidirá se abre ou não processo de cassação do mandato de Derzi, por atentado ao decoro parlamentar. Este também é o caso do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que tomou emprestado US\$ 4,9 milhões à Caixa Econômica Federal e não quitou a dívida.

O relatório da CPI vai fornecer elementos para que o ex-secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, seja denunciado pela Procuradoria Geral da República por causa do acordo feito no governo Collor, entre o Executivo e a Comissão de Orçamento. O acordo garantiu a inclusão de "emendas carimbadas" na proposta orçamentária de 92. Com base nos documentos, o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) deve pedir a cassação dos deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA), José Geraldo (PMDB-MG), Cid Curyalho (PMDB-MA) e João Alves (BA) e do senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO).

Os documentos apreendidos na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis, deverão servir para incriminar no relatório da CPI o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Mesmo sem a CPI ter encontrado nenhuma irregularidade na movimentação bancária ou no patrimônio do deputado, Aleluia vai ter a cassação do seu mandato recomendada pela Subcomissão de Emendas. Para a subcomissão, os documentos da Odebrecht caracterizam que o deputado baiano atuava no Congresso como "despachante da empreiteira".

O memorando apreendido na casa de Reis com anotações sobre uma conversa com Aleluia foi determinante para a subcomissão incluir o deputado baiano na lista de cassações.

Informe sigiloso

"CASSAÇÃO INEVITÁVEL"

Na conversa, Aleluia se comprometeu a passar para a construtora informações da Comissão de Orçamento consideradas sigilosas. O deputado prometeu também obter um esboço do relatório do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) sobre a proposta orçamentária de 93 e atuar na Comissão em favor dos interesses da Odebrecht. "Esse não é um comportamento compatível com o decoro parlamentar", disse o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG).

Outro parlamentar considerado nome certo na lista de cassações é o deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), filho do ex-presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE). Roberto Magalhães já comentou com integrantes da CPI que considera o caso de Benevides como de "cassação inevitável". Para a inclusão do deputado na lista que terão nomes enviados à Mesa da Câmara para abertura de processo de cassação, pesaram as listas de entidades, com pedidos de liberação de subvenções sociais, encaminhadas por Benevides para o ex-ministro da Ação Social, deputado Ricardo Fiúza. "Todas essas entidades tiveram seus pedidos de subvenções aprovados e liberados, o que é um indício claro de que o deputado participava do esquema", diz um membro da CPI.